



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.

Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho.

DEGRADAÇÃO DO TRABALHO - PRECARIZAÇÃO SOCIAL: TRABALHO INFORMAL DO BRASIL A BELÉM/PARÁ

CARLA CAROLINE BARISAO DE SOUZA¹

Resumo: Este artigo é fruto das experiências teórico-empíricas apreendidas sobre o mercado de trabalho nacional, regional e especificamente o local – Estado do Pará, no Núcleo Paraense do Observatório Nacional do Trabalho (OPAMET), situado na Universidade Federal do Pará, nesse contexto o artigo em particular apreende e discute a alternativa de sobrevivência, expressa no que se denomina de informalidade na cidade de Belém/Pará, na totalidade das céleres metamorfoses que ocorrem no mundo do trabalho, a saber, as transformações no cenário atual são agudas, flexíveis, retratam o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas e a precarização das relações de trabalho, como expressão da questão social, assim ilustra-se todo esse movimento via método da teoria social marxista, para analisar as contrariedades do trabalho informal e como esse se imiscui com o arranjo econômico social do país, com o padrão de desenvolvimento nacional, regional e com o processo de pauperização da supressiva sociedade brasileira, perquirindo-se, por fim, quanto aos limites da “nova racionalização econômica” e suas respectivas formas de enfrentamento.

Palavras chaves: Trabalho Informal; Precarização Social; Serviço Social.

Resumen: Este artículo es fruto de las experiencias teórico-empíricas apreendidas sobre el mercado de trabajo nacional, regional y específicamente el local - Estado de Pará, en el Núcleo Paraense del Observatorio Nacional del Trabajo (OPAMET), en la Universidad Federal de Pará, en este contexto el artículo en particular aprehende y refleja la alternativa de supervivencia, expresada en lo que se denomina de informalidad en la ciudad de Belém / Pará, en la totalidad de las frenéticos cambios que ocurren en el mundo del trabajo, enfatiza si punto culminante las transformaciones en el escenario actual son agudas, flexibles, retratan el desmonte de los derechos sociales y laborales y la precarización de las relaciones de trabajo, como expresión de la cuestión social, así se ilustra todo ese movimiento vía método de la teoría social marxista, para analizar la opresión del trabajo informall y cómo éste se inmiscuye con el arreglo económico social del país, con el patrón de desarrollo nacional, regional y con el proceso de pauperización de excluyente sociedad brasileña, preguntándose sipor fin, en cuanto a los límites de la "nueva racionalización económica" y sus respctivos formas de lucha.

Palabras claves: Trabajo informal; precarización social; trabajo social.

1. INTRODUÇÃO

1.1 A lógica do trabalho informal é uma saída para a classe trabalhadora?

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <carol_barisao@yahoo.com.br>

É certo aventar que o Brasil em tempos de hegemonia das finanças ainda colide em lancinantes heranças do escravismo, despotismo, coronelismo, clientelismo. “Linhas” de classe delineiam relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar vem se perdurando e a coletividade brasileira se torna a pari passo uma ficção política. Quanto a isso, Florestam (1981) ressalta que a burguesia brasileira utiliza-se do Estado como uma das suas primaciais arma de luta de classes. É para este aparelho político e administrativo que convergem as diferentes “cobiças” da classe burguesa e nela se consolidam como uma classe contraditoriamente coadunada. No que concerne à esta argumentação, e lembrando que Gramsci chamou de uma sociedade oriental, na qual a sociedade política (o Estado estrito senso) é muitíssimo progresso e atua em todas as esferas e a sociedade civil é “franzina” e moderadamente desenvolvida, logo no Brasil tanto o nascimento da nação quanto a manutenção do *status quo* são observados como fruto da intervenção demiúrgica do Estado, executado pelos interesses das classes dominantes. A propósito essa expressividade bem explica o processo de revolução burguesa no Brasil, que constituiu no cerne das classes dominantes brasileiras um pensamento extremamente conservador, posto e conduzido entre a combinação dos princípios de uma consciência burguesa e os elementos originais da consciência oligárquica, o que implica no posicionamento de seus interesses econômicos privados de classe acima do interesse nacional, não conseguindo ascender ao nível corporativo de consciência.

E na medida em que se estabelece essa relação registra-se como característica ontogênica do capitalismo brasileiro, da natureza qualitativamente da hegemonia burguesa no Brasil, o padrão oligárquico – patrimonialista de sistematização da exploração da força de trabalho com a Casa Grande, ainda marchando avidamente pela busca infrene de lucros (o que explica o afã do **trabalho informal, da terceirização, quarteirizações, subcontratações, modos de trabalho por pejetização** como estratégia de rebaixamento salarial e esfacelamento dos direitos trabalhistas) em outros

temos ao [...] a nova etapa histórica do capitalismo flexível, no plano do mercado mundial, reforça – afirma – válida – o traço estrutural do capitalismo brasileiro [...] (ALVES, 2014²). Com efeito, fica claro que o busílis da desigualdade esta sito nas relações capitalistas de produção, nas relações de classes intrinsecamente desconformes definidas pela posição de distintos sujeitos do processo produtivo, então, sem embargo, a ordem de subsunção do trabalho ao capital atrelado as práticas de dominação de classe no Brasil, seus processos vanguardistas e sua exploração aguda do trabalho, delimitaram uma estrutura social de larga concentração de renda. E na contemporaneidade vem avolumando um exaspero das desigualdades sociais, através de estratégias de ultra seletividade de rotatividade e de utilização lato e penosa do trabalhador, com um sobejo da força de trabalho, com baixa propensão de colocação no mercado formal de trabalho, quase que reduzido ao mundo das relações precárias de labor, destituídas de proteção social. Neste cenário, faz-se urgente a “redivisao” social do trabalho, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Com base na discussão de Teixeira (2000), estes elementos orientados pelo conceito do *laissez-faire* e pelo programa de Ajuste Estrutural, primam por um modo de produção de mercadorias em que a ênfase esta na eficiência, produtividade, permutas internacionais e não na classe trabalhadora, particularmente na classe mais pauperizada das economias periféricas.

Na esfera eminentemente econômica as agencias internacionais, em destaque Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional direcionam processos de trabalho cada vez mais agregados ao setor informal, sendo uma via associativa as politicas sociais. Mas sabendo que no universo das instituições financeiras o que prevalece sempre é a “perfeita operacionalização do mercado”, fica a questão - **a logica do trabalho informal é uma saída para a classe trabalhadora ou uma engenhosidade da garantia do lucro da produção capitalista?**

²Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/08/11/terceirizacao-e-neodesenvolvimentismo-no-brasil/> Acesso: 28 de junho de 2017.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 PRECARIZAÇÃO SOCIAL: Trabalho Informal

A informalidade³ tem recebido diversos tratos, desde que os que observam atentamente o trabalho informal como a redenção da nova economia até os que vêem nele um intenso risco a ordem social. É certamente um dos amplos temas deste século. Tornou-se motivo de estímulo crescente à produção acadêmica, e assunto em destaque nas páginas de revistas políticas econômicas e sociais em níveis internacionais, nacionais e locais. O aumento da informalidade, caracterizado, também, pelo quantitativo cada vez maior de atividades econômicas que atuam a margem da economia formal, discute para além das expressões da questão social decorrentes, o sistema estatal de arrecadação tributária e de fiscalização, criando uma determinada produção de riquezas que não é documentada nos estudos estatísticos.

Desde então, no Brasil, com o governo ilegítimo de Michel Temer e seus ataques ao trabalho, aos sindicatos, as normas protetoras e dos direitos do trabalho demandas pelo capital e engajada pelos seus paladinos do congresso nacional em sua configuração mais conservadora desde 1964, se agigantou, tendo por objetivo maior reivindicação da Conferência Nacional da Indústria (CNI), o negociado sobre o legislado, medida que não flutua pela diminuição de lucros das grandes empresas, mas sim por um espraiamento do trabalho por conta própria, sem qualquer proteção, com base do discurso do empreendedorismo. A conversão à formalidade do trabalho vem alargando os contratos autônomos, terceirizados, por conta e subcontratados como manifestações de “modernização” das relações de trabalho, dessa forma o compêndio de leis que regulamentam as leis do trabalho tem de ser reformado,

³O Conceito aqui adquire significado, com bases em estudos econômicos e sociais que vinculam informalidade, ou melhor, o subemprego a atividades periféricas, precárias, quase não rentáveis, não registradas em carteira de trabalho. Contrário do termo trabalho formal, que segundo a legislação brasileira diz que é: o trabalho é formal se, e somente se, o trabalhador possui carteira de trabalho assinada ou registro de autônomo ou, ainda, status de empregador.

o trabalho formal deve ser deslocado, isto é, o trabalhador deve ser desumanizado para sobreviver:

Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita de trabalho vivo para a sua autoreprodução ampliada, o pesadelo do holocausto de bombeamento de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas já que tal solução final é negada ao capital somos confrontados com as consequências desumanizadoras de suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação (MÉSZÁROS, 2010, p. 82).

Este é o fundamento do capitalismo global, agregado à ideologia neoliberal flexível e iminentemente financeirizado, é, como destaca Lukács, capitalismo manipulatório, que em nosso tempo histórico de crise estrutural é incisivamente perverso, tendo em vista mais do que nunca que a autoatividade do trabalhador não pertence a ele. Disserta Marx: [...] é a perda de si mesmo [...], há uma corrosão do humano, no sentido radical de uma condição de proletariado, em que toda a força de trabalho assalariada, mesmo que não inserida na esfera da produção formal do capital. Na verdade há uma alienação universal que dilacera o trabalhador por conta do crescimento dos arranjos derivados de valor, de uma condensação cada vez maior dos meios de produção, subordinando àqueles que estão à margem do processo de acumulação do capital, a buscar sua sobrevivência no grupo das atividades não formais.

Isto é, a forma de relações “informais” ou “incompletas de emprego”, que conforme relata Mattoso (1993), se estabelece na maioria das economias centrais, por meio da retração relativa e absoluta de postos de trabalho estáveis nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, seja em tempo parcial, eventual, trabalho em domicílio ou independentes. As determinações do desenvolvimento capitalista a todo tempo interpelam um alargamento do exército industrial de reserva, posto que a lógica do capital senil tende a poupar força de trabalho, inferindo uma taxa de desemprego alta, assim como novas formas de subsistência desse núcleo “sem trabalho” que afetam profundamente a existência da classe trabalhadora.

Desta forma percebe-se que o desemprego não é um produto facultativo de uma desordem econômica, entretanto é, meio próprio do capitalismo, pois segundo Marx (2008) é um “braço” via superpopulação relativa que aglutina acumulação, desse modo é elucidativo assim como o desemprego o trabalho informal exerce uma legalidade na produção capitalista, e ainda acrescenta [...] seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a produção da redundância [...] garantindo ao capital um reservatório farto de força de trabalho disponível, assim como implicando em uma condição de vida que declina abaixo do nível médio “normal” da classe trabalhadora.

Observa-se que na lógica de uma organização produtiva regulada pelo liberalismo, que entende uma expansão de acumulação equilibrada e homogênea, o trabalho informal referenciava um aspecto de retrocesso. E com base neste ideário, no plano de desenvolvimento da acumulação da riqueza, acabaria por exclusão. Porém quando a mesma percebe que os níveis de acumulação estão comprometidos, o setor informal surge como saída, mais eficaz para a situação de desemprego quanto mais a manutenção mínima dos níveis de consumo. Destaca-se que essa mudança de posição do desenvolvimento para a contenda contra a pobreza, para além de, desanexar o econômico do social, leva a presumir que a economia informal é tão só um meio de sobrevivência, o que causa uma pseudoconcreticidade entre o trabalho formal e informal. Dai a reestruturação do capital que resignifica, a organização e a gestão do trabalho e o modo de se produzir, em que se estabelecem cooperativas de trabalho, empresas familiares, trabalho doméstico, economia solidária, e inúmeras outras formas de trabalho precário, afeta profundamente a existência da classe trabalhadora, enquanto indivíduo e enquanto classe. Assim como tenta ocultar velhas e novas relações de mais-valia absoluta e mais valia relativa, como elementos separados, mas que na verdade é um todo, é uma realidade objetiva, uma correlação distinta e interligada.

A Saber, é importante evidenciar que tanto o núcleo formal quanto o informal estão subsumidos as imposições do capital. Desta forma o trabalho

informal é um componente presente no âmago do sistema de produção capitalista. Tanto para Tavares (2002), quanto para Lautier (1991), não existe trabalhador informal com papel de empresário. A lógica de transmudar o trabalhador informal em empresário, certamente é uma artimanha que tem a função de escamotear a excisão de mais valia, posto que ao invés de uma relação que opera no circuito da produção, o que se estabelece é uma relação à cerca de vendedor e comprador de mercadoria, que se faz apenas no meio da circulação, pois no que pese esse fato não os coloca em posição de capitalistas. Sobre isso, Marx (1983), salienta que, um determinado grau de desenvolvimento da produção capitalista, requer que o capitalista possa dispor de todo o tempo, enquanto tem atribuição de capitalista, [...] isto é, como capital personificado, à apropriação e, portanto ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos deste trabalho [...]. Marx (idem), ainda observa que os meios de produção somente se convertem em capital, ao conferirem independência.

A propósito, compreender a individualidade e a sociabilidade humana na sociedade mercantil, é apreender a dimensão genérica do ser social que é dada pelo trabalho como atividade coletiva (ato, que se incorpora a vida, aos modos pensar, de ver e criar a realidade) é, sobretudo histórico-social, que se figura em particular no fato de que o homem somente pode efetuar-lo por meio da relação com iguais homens. Sem demora é perceptível observar que o modo de reprodução, que se afiança na sociedade mediocrata de acordo com lamamoto (2011), explicitamente manifesta um formato histórico próprio tanto de desenvolvimento humano coletivo, quanto de alienação dos sujeitos sociais, isto é, uma forma intrínseca de produção da vida humana, de sociabilidade, manipulada e falsificada na temporalidade do capital.

Nos ditames capitalistas [...] não é o trabalho que utiliza os meios de produção; são os meios de produção que utilizam o trabalho [...] Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência [...] (MARX, 2002). De modo inicial o movimento das ideias, da consciência (política, moral, econômica social) se associa continuamente ao fluxo das ações materiais, dessa forma, os homens

incidem na realização de suas ideias, e as realizam do modo como se fazem, acrescenta Marx (idem), [...] condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas [...]. Como podemos ver, o Capital é relação social, [...] não uma simples relação social, mas um processo, em cujos vários momentos sempre é capital [...] (PANAGIO, 2012) e vis-à-vis as relações sociais são contiguidades conspícuas históricas: são mutáveis e transformáveis.

Surtidas dos atos dos homens, suscitam sobre estes cerceamentos e coerções, ocasionando danos e conseqüências que são esparsos de sua vontade; contudo, com tal característica, são modificáveis e transmutáveis pelo o bel-prazer coletivo e organização das classes sociais – como sustenta Marx (2002) [...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado [...]. Nessa condição, o trabalhador ao mesmo tempo, quanto mais se dedica ao seu trabalho, mais este o mantém oprimido.

[...] Por isso, o trabalhador acaba por se tornar um servo dos objetos que produz. A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza [...] (MARX, 1964, p. 161).

É sobre esse fluxo do capital, diz Harvey, no preâmbulo de seu livro *O enigma do capital* que:

[...] O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando – se, às vezes como um filete e outras vezes como inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bem necessários para garantir a nossa vida no dia a dia [...] (HARVEY, 2011, p. 7).

Desta forma não é demais, evidenciar que as diversas formas de interconexão social são estabelecidas pelo trabalho no modo de produção capitalista, confrontam o indivíduo, para além de mero meio para seus fins privados, a partir de um ponto de vista mais geral das relações sociais, com base na relação capital X valor-trabalho. No caso de a classe que vive do seu trabalho não tiver conseguido vender a sua força de trabalho de modo formal, somente lhes “sobrega a chance de se adequar a modalidade de trabalho, por conta própria – informal”, tendo autonomia? De certo não, até porque a relação salarial é o espaço da luta de classe, logo e na tensão entre reprodução da desigualdade e inúmeras e plurais formas de trabalho informal se sistematizam por atilhos “pequeninos” à produção formal.

Nesse quadro percebe-se que o trabalho informal não está distante do centro formal da economia, mas sim é participante da produção ampliada do capital, e afeta o consumo, as condições de trabalho, o conteúdo do trabalho, envolve a intensificação do trabalho, ampliação da jornada de trabalho, precarização das condições e dos direitos do trabalho. Destaca a larga ruptura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o fomentam. Ruptura esta que caracteriza a trivialização da vida humana, na violência disfarçada no fetiche do dinheiro e da reificação do capital que captura quase que todos os espaços e núcleos da sociabilidade.

Crescem os níveis de exploração e as desigualdades, em suas múltiplas dimensões, e como sustenta Ianni (2004) [...] de todas as ordens e conflitos decorrentes aos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas, segundo as características nacionais [...], em favor das duras investidas a favor do crescimento das taxas de lucratividade, nessa lógica a ampliação do rebaixamento dos custos chamados “fator trabalho”, tem papel fulcral, contendo em si os cortes de empregos, salários e direitos conquistados, o desmonte das organizações e lutas sindicais, com regressão dos espaços públicos e uma ampliação dos espaços privados, em que a classe dominante concebe o Estado como o seu motor econômico privado por dentro.

Nesse sentido, a característica atribuída pela visão liberal ao trabalho informal é que este é uma forma de “pertencimento com autonomia”, porém a dimensão real retrata que não há personificação do capital, representada por apenas um sujeito social. Assim é preciso demonstrar que, no quadro do conjunto da produção as relações se efetivam via mercado – capital o que aponta, sem embargo, que, isso, não agrega o bloco das contradições que configuram o modo e o conteúdo a essa relação social. Vale aqui registrar, de modo claro, que para apreender a mesma, implica uma apreciação multidimensional que leve ao conceito de capital. Para Marx, é importante capturar o conceito de valor e não apenas do trabalho, e especificamente o conceito do valor de troca, criador na estrutura da circulação. Assim tal abordagem consiste, portanto que capital é trabalho acumulado, que é trabalho criador de valor que sistematicamente se busca meios de valorização. Isto é, valor que cria valor, posto que seja o meio apreendido pelo trabalho na sociabilidade capitalista.

Dai para se entender que esse talhe formal, é preciso, ter em vista o seu talhe fenomênico, o qual ganha existência, que trata da forma valor de troca ou dinheiro, manifestação da aparição do valor. Naturalmente esta é a forma valor que consente equivaler distintos tipos de mercadorias, de acordo com sua característica comum, o trabalho humano abstrato. Conforme nos suscita Marx, não concentrando que o valor de uso das mercadorias $\frac{3}{4}$ espreque para o valor de troca $\frac{3}{4}$, sobra a estas somente um atributo que é de serem produtos do trabalho. A partir disso não se mais designa o produto desses ou de outro trabalhador. O valor, esse meio social, singular, segrega os indivíduos que produzem e o modo como são produzidas as mercadorias, ficando tão só, uma matriz de labor humano estranhado.

2.2 SUBSUNÇÃO DO TRABALHO INFORMAL: Do Brasil a Belém/Pará

Nesse lastro, qual seja o tipo de trabalho, o controle é do capital, pois desde que o processo de produção, antes simples, adquiriu laços de cientificidade, as forças produtivas do trabalho, derivadas do trabalho social, se

tornaram força produtiva do capital. Logo, o trabalhador individual é portentoso elemento dessa formação social e, no tempo em que for parte dessa formação que não lhe é própria, tende a não produzir verdadeiramente de forma autônoma. Isto é, o discurso neoliberal vem atingindo as suas metas, ao empenhar-se no mercado como o “ilustre” campo regulador das relações econômicas, cabendo aos sujeitos sociais o dever de se moverem no mercado formal ou não. Assim no bojo contemporâneo se acentua o quantitativo de trabalhadores informais. Atividades laborais sem renda se tornam rotina para os desempregados. Nos últimos cinco anos, uma grande fatia destes encontrava-se ocupada em postos com carteira assinada, até que uma onda de demissões começou em 2015. Segundo as estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, mas da metade de todos os brasileiros (quase o equivalente à população da Argentina), hoje, estão na informalidade realizando atividades sem carteira assinada. Dada à natureza da crise vigente, das 27 unidades federativas do país, dez apresentam crescimento acentuado⁴.

De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, de 2017, analisados pela Carta Conjuntural, as condições no mercado de trabalho nacional se deterioraram a largos passos. A taxa de desemprego no terceiro trimestre de 2016 somou 11,8%, 2,9 pontos percentuais maiores do que mensurado no mesmo período do ano de 2015. A faixa etária populacional mais atingida está entre 14 e 24 anos, cuja taxa de desemprego chegou a 27,7%, e os trabalhadores que têm nível de escolaridade médio incompleto 21,4%. Sabe-se que esse cenário, foi atenuado devido ao fato uma parcela larga desse quantitativo, ter se inserido no trabalho informal. Importa salientar que os jovens qualificados que querem trabalhar esbaram em crescentes dificuldades para obter uma ocupação. Igualmente, a persistência do trabalho infantil, que também é informal, é elevada.

⁴Segundo a Fundação Perseu Abramo em seu balanço conjuntural de janeiro de 2018.

Segundo a última PNAD no Brasil há 2.6 milhões de crianças e adolescentes (entre 5 e 17 anos) e situação de trabalho infantil. A sua maioria esta nas regiões nordeste, norte e sudeste. Ainda segundo a pesquisa 17, 3 milhões de crianças de 0 a 14 anos, isto é, 40, 2% da população brasileira, vivem em domicílios que concentram pobreza – famílias que vivem com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salario mínimo. O norte e o nordeste do país apresentam os piores contextos, com 54% e 60% das crianças, respectivamente vivendo nesse cenário. O país apresenta uma das piores distribuições de renda do mundo, segundo o recente Relatório de desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pela ONU – o índice de gini de 0, 515, mesmo número registrado pela Suazilândia, e maior que vizinhos da América Latina, como Chile (0,505) e México (0,482). De acordo com os dados do IBGE, em 2016 a população brasileira somava a, 206.081.432 habitantes.

Os novos resultados apresentados pelo SIDRA (banco de tabelas estatísticas) apontam que a distribuição da população em idade ativa é de 45 337, sendo que 24 570, encontram-se economicamente ativas. No que pese, conforme a PNAD Continua a taxa de desocupação no Brasil foi de 13,2% no trimestre encerrado em fevereiro de 2017. Em similar período de 2016, a taxa foi de 10,2%. O país registra atualmente recorde de 13, 547 milhões de trabalhadores desempregados, sendo a taxa mais alta na serie histórica dessa pesquisa. Em igual período, foram reduzidos no setor privado 3,3% de postos de trabalho com carteira assinada, entretanto o emprego sem carteira assinada no setor privado cresceu 5,5% - na sua absoluta maioria estes são postos de trabalho precários. Sob esse ângulo ilustrativo de alguns indicadores econômicos sociais fica claro a presença de um caos social, derivado do movimento que reduz a presença de capital variável diante de um quadro de expansão da população trabalhadora, mais intenso que os seus meios de ocupação⁵.

⁵Os microdados da PNADC revelam algumas características já conhecidas do desemprego brasileiro, como o fato de ele ser mais intenso no Nordeste, nas regiões metropolitanas, entre as mulheres, os mais jovens (até 25 anos), os que não são chefes de família e os trabalhadores com ensino médio incompleto.

Dessa forma, o processo de concentração gera cada vez mais trabalhadores supérfluos e subsidiários (que se alocam no trabalho informal) as demandas médias de seu aproveitamento pelo capital. o que certamente identifica a lei singular de população desse regime de produção, via acumulação que articula meios de extração da mais valia relativa e absoluta. Assim contata-se que essa relação implica em condições de sobretrabalho sem os custos sociais correspondentes para p capital. Nesse sentido levanta-se a hipótese de que o trabalho informal e para além de uma atividade que condiciona tão somente a subsistência do trabalhador. A questão, é que esse é um processo em construção e socialmente constituído por meio de múltiplas determinações, e essa identidade conservadora da ordem burguesa que esgota no direcionamento de produtividade e improdutividade, embuste a real funcionalidade á economia flexível atual.

Com a meta de não incentivar contratações de trabalhadores com carteira assinada, o que se observa é que o mercado de trabalho informal cresce a cada dia no Estado do Pará e, mesmo com saldo positivo nos registros de trabalho com carteira assinada, os setores da economia local não conseguem absorver toda a mão de obra ativa, sempre em contínuo crescimento. A crise do mercado formal de trabalho no Estado do Pará aumenta cada dia o número de pessoas que vai buscar sobrevivência no mercado informal. Segundo os dados Da Fundação Perseu Abramo (2017) observa-se que mesmo com a expansão de trabalhadores no eixo sul e sudeste, e certa redução na região norte, ainda sim esta área apresenta, junto ao nordeste a maior proporção da presença de trabalhadores informais. Conforme a pesquisa⁶ observou-se que o nordeste concentrava 27,6% da população do país e 33,7% dos trabalhadores informais, e o norte 8,5% da população e 11,7% dos informais, o que evidencia a alta fragilidade na inserção do trabalhador nestas regiões se comparando as demais.

O economista Roberto Sena, supervisor técnico do Dieese, explica o Pará é o 9º estado do país com maior numero de trabalhadores informais. Há

⁶<https://fpabramo.org.br/2017/03/27/boletim-de-analise-da-conjuntura-12-territorial/>.

aproximadamente 3.838 trabalhadores atuando sem registro formal, sem proteção do sistema de seguridade social. Assim a chamada economia invisível, já comporta em nível da grande Belém, mais de 40% da PEA. De acordo ainda com a pesquisa o setor comércio, corresponde a 42,6% do setor informal e que os trabalhadores informais paraenses estão maciçamente concentrados em áreas urbanas do Estado, ou seja, quase 70% dessa categoria atuam nessas áreas, demonstrando, desta forma a precariedade da economia urbana paraense.

Consequência direta desse movimento é que o desemprego cresce com maior rapidez do que a geração de empregos, fazendo com que uma imensa população economicamente ativa, fique sem alternativas para se manter, acabando dessa forma, por recorrer ao trabalho na informalidade. Movimentação esta que é perfeitamente perceptível na Figura 04, como bem destaca Boletim do Mercado de Trabalho da Capital Paraense que tem por base as fontes do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho. Conforme o Boletim (Abril, 2017), no período investigado há saldos negativos, posto que o agravamento da crise econômica no país incide na baixa geração de postos de trabalho e elevada rotatividade. Outra explicação para o crescimento da informalidade no mercado de trabalho é o nível de renda dos trabalhadores formais, uma vez que na região norte, os paraenses são os que apresentam em média, a menor renda, segundo dados do IBGE⁷, informa que mais de 40% dos trabalhadores ocupados no Estado ganhavam até um salário mínimo.

Antunes (2002) coloca em discussão o fato de que a informalidade seria a saída espontânea e criativa encontrada, principalmente, pelas camadas populares de menor qualificação, para prover o sustento, diante da completa inoperância do poder público, em tentar garantir as demandas mais elementares da classe trabalhadora, sendo dessa forma, a ocupação instável uma possibilidade que estes trabalhadores de baixa renda ou sem nenhuma

⁷https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilio_s_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2016.pdf.

renda, de buscar sua sobrevivência. Desde a origem do desenvolvimento do processo capitalista nos anos 1970 e 1980, Belém tornou-se a principal cidade da Amazônia. Porém a infraestrutura implantada pelo Governo Federal nesse período mostrou-se insuficiente para absorver o crescente número de população imigrante, o que influenciou diretamente nas atividades produtivas que aqui se desenvolveram. O sistema de urbanização implantado atendia de forma exclusiva às atividades realizadas pelo capital internacional, e como consequência, trouxe para Belém um capitalismo de enclave, “que somado a concentração fundiária, na época desencadeou um processo de proletarização passiva, isto é, a dissolução das tradicionais formas de (re) produção, que para o modo de produção capitalista monopolista, não se traduz em perspectiva de assalariamento formal de trabalho” (SENA, 2016) ⁸.

Ao longo da história da cidade de Belém, há a presença marcante do mercado informal na produção espacial da cidade. A partir dessa perspectiva verifica-se que esse setor da economia não é apenas uma característica econômica, mas também uma questão social histórica, conforme demonstram diversas pesquisas realizadas sobre a temática, os sujeitos da pesquisa realizada para este estudo, declararam que se inseriram no trabalho informal através de seus pais e familiares, sendo uma atividade na maioria das vezes passada ao decorrer dos anos de pais para filhos. Sendo que a grande maioria dessas pessoas veio do interior do estado ou de outros estados como o Maranhão, principalmente durante a década de 1980 em busca de emprego e melhores condições de vida. As pesquisas também verificaram que além dessas pessoas que estão inseridas no mercado informal através de sua família, existem as que ingressam na informalidade por ser um meio de sobrevivência às mazelas sofridas pela sociedade.

Verifica-se que de acordo com os dados do Ministério sistematizados pela Fundação Amazônia de Amparo Estudos e Pesquisas (FAPESPA,

⁸Fala no evento - Convênio de Cooperação Técnica efetuado entre o DIEESE e o Governo do Estado do Pará, através da Secretária de Assistência Social, Trabalho Emprego e Renda – SEASTER.

2016/2017) há na região metropolitana de Belém aproximadamente um quantitativo de 600 mil trabalhadores informais, desses cerca de 70%, atuam no centro comercial de Belém. Atualmente o trabalho informal é tão agudo, e também tão naturalizado que desde os estudos de Salles (2008) Belém é vista com a “república dos camelôs”. Os dados obtidos ainda pela pesquisa demonstram que a grande parcela desses trabalhadores informais, são adultos em situações de desemprego contínuo (mais de 8 anos), desemprego recente, jovens, residentes em área periféricas, que devido a vulnerabilidade econômica familiar, e pela baixa qualificação formal, nunca conseguem ocupação com carteira assinada, tendo que adentrar a lógica informal.

Na pesquisa observou-se que a maioria dos trabalhadores informais são vendedores ambulantes, e conseguem auferir no máximo dois salários mínimos por mês. Encontram-se por diversas partes da cidade, principalmente no centro e nos bairros periféricos, espalhados por calcadas, barracas, nos coletivos urbanos, no corredor da avenida almirante barroso, vendendo diversificados produtos, bombons, picolés, água de coco, água, suco, refrigerante, meias, revistas, artigos de informática, artigos de papelaria, vendendo arte, como, apresentações musicais, teatrais e etc. Conforme construção cartográfica⁹ abaixo, os predominantes espaços de concentração dos trabalhadores informais em Belém, são o Centro Comercial - tendo destaque as praças da república e do operário. Assim como o entorno do terminal rodoviário – São Brás, as margens da BR 316 que circunda o Shopping Castanheira no Entroncamento.

Realidade, esta que confirma o Índice de Desenvolvimento Humano do Pará, 0,755 - Estado este que apresenta 13 municípios entre os 50 piores do Brasil nos quesitos avaliados, assim diz a PNUD. Se tratando de Belém, há um índice de 0,746, apontando muito bem a realidade degenerada de ampliação da degradação do trabalho de parte da classe trabalhadora, que convive com 10^o

⁹Mapa apresentando na pesquisa, Economia Informal do Bairro do Jurunas-Pa. Apresentado na http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/programacao/grupos_trabalho/artigos/qt02/Carmem%20Izabel%20Rodrigues.pdf.

custo alimentação básica mais caro do país, sendo de R\$, 393, 01, de acordo com o DIEESE-PA. A escala delimitada na tabela – Índice de Desenvolvimento Municipal Renda¹⁰, de 0,663 na região de integração metropolitana, também mais que confirma essa dimensão do crescimento da miséria que estes vivem, e evidencia o estreitamento da garantia dos seus direitos sociais, numa conjuntura de Estado mínimo e Capital máximo. Evidencia-se dessa forma como a maneira de trabalhar e a condição existencial dos trabalhadores informais se ampliaram para o conjunto de classe trabalhadora na atualidade paraense. O trabalhador informal passa a desempenhar um papel de destaque no arranjo do mercado do mercado de trabalho, “tornando-se a forma de inserção da maioria da classe trabalhadora ao mercado de trabalho” (DRUCK, 2008). A partir desse cenário macroeconômico da longa crise do capital, que trouxe como consequências a expansão da crise do mercado de trabalho brasileiro, que rebate especificamente sobre o mercado de trabalho da região norte, onde se intensifica o trabalho informal.

3. CONCLUSÃO

Observa-se que o sistema do capital, ao se apropriar do trabalho alheio, em condições de vasta opressão, exploração e expropriação dos trabalhadores e trabalhadoras, e essência transforma e amplia o excedente econômico em mais valia, que ao ser ampliada por meio da intensificação da jornada de trabalho é absoluta e/ou da expansão da produtividade seguida de incrementos tecnológicos organizacionais torna-se relativa. Na era do capitalismo predatório, o incremento tecnológico, exponenciado pela nova morfologia do trabalho flexível lastreado pela gestão toyotista associada a contratos de trabalho precarizados, formatando um modo de vida *just in time* que impõem metas requisita insistentemente desempenho e produtividade, logo constituindo o fato da vida reduzida, uma “novo sociometabolismo laboral estranhado, isto

¹⁰<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/234.pdf?id=1479216410>

é, um processo atualizado de Barbárie social [...] da perda de si mesmo. Diante da crise de sentido e dos carecimentos radicais que caracterizam as pessoas humanas afetadas de negação de si, recorrem as vias de escape [...] (ALVES, 2016), como o trabalho informal. Aqui já é possível evidenciar que as novidades tecnológicas importam bastante a burguesia. Sendo precursor na alteração do padrão tecnológico do setor de produção em que age, o detentor da propriedade privada tem por um lado, a oportunidade de rebaixar os “esforços” de produção da mercadoria que oferta, como por outro, deter um lucro máximo, a partir do movimento de realização de sua mercadoria pela sua rentabilidade social e não individual.

Fundamentalmente a que se frisar que uma contradição aparece, pois ainda que os processos tecnológicos criem determinado lucro para o capital, esse vão se diluir em momentos do tempo a geração de mais-valia. A despeito demarca-se que a queda tendencial da taxa de lucro interpõem limites reais à alta de acumulação do capital, sendo que a lei do valor se sobrepõe e percorre a uma crise, como resposta passageira frente as particulares contradições do sistema. Contudo, o declínio da taxa de lucro não é eterno para o sistema capitalista, já que significativas alternativas para elevar os ganhos sobre o excedente, via transformações metabólicas produtivas são imposta pelo capital. E, no sentido de retomar os patamares de lucratividade que contratendências tornam-se primordiais, segundo Marx. Assim, rebaixamento da massa salarial, aumento da superpopulação relativa garantem uma nova onda progressista da taxa de lucro.

Com isso, a informalidade da força de trabalho aparece como um dos principais eventos de contratendência, já que acelera uma expansão de métodos e procedimentos de uma rede de trabalho informal, intensificando uma continua força de trabalho buscando postos de trabalhos formais. Sem contar que não havendo disponibilidade de postos de trabalho formais, um conglomerado de trabalhadores passa a disputar entre si vagas subsumidas. Assim o trabalho informal no processo produtivo torna-se porta de entrada que perdura o trabalhador excedente, ocasionando também acumulação, assim

como o controle do estoque de mão de obra manobrando diversos colapsos sociais.

Portanto, verifica-se que os problemas associados às novas modalidades de trabalho, principalmente aquelas compostas pela informalidade vão muito além da precarização das condições de trabalho. Isto é, provocam uma degradação da proteção social dessa classe trabalhadora, deixando-os cada vez mais vulneráveis uma vez que não dispõem de qualquer direito trabalhista que possam ampará-los e nem mesmo às suas famílias em circunstâncias de afastamento temporário ou definitivo das atividades do trabalho. Vindo a ser também, uma das expressões da questão social, a qual recairá como novas demandas para as políticas da Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e a nova precariedade salarial no Brasil: A morfologia social do trabalho na década de 2000**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2012.

ANTUNES, Ricardo e DRUCK, Graça. A Epidemia da Terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas: Autores Associados, 2004.

CHESNAIS, François. **La Mondialisation Financière: genèse, coût et enjeux**. Paris, Syros, **La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences**. Paris, la Découverte, 2004.

DRUCK, Maria das Graças. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. **Revista Vera Cidade**, ano 3, n. 3, maio 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez; 1998.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de l'ave quotidienne**. Paris: L'Arche; 1968-1981.

LIRA, Izabel. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, M. O. da S; YAZBECK, M. C. **Políticas públicas de trabalho emprego e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, Cap. 7, p. 130-160.

MARX, Karl. **O leitor de Marx**. NETTO, José. (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MATTOSO, Jorge Eduardo. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MÉSZARÓS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.
SENA, Ana Laura. **Trabalho Informal nas Ruas e Praças de Belém: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios**. Belém: NAEA, 2002.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. Tese (Doutorado)– USP, São Paulo, 2009.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in) visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, Instituto de Estudos Socialistas, n. 7, 2002.

VASOPOLLO, L. **O trabalho atípico e precariedade**. São Paulo: Expresso Popular, 2005.